



4229504



08000.009412/2017-73



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - CNPCT

Data, horário: 24 e 25 de abril de 2017, das 09:30 às 18:00.

Local: Secretaria Especial de Direitos Humanos, na sala de reuniões Plenária (10º andar), Edifício Parque Cidade Corporate, Setor Comercial Sul, Quadra 9, Torre A, Brasília-DF

Abertura

Prevista para ter início às 9h, a reunião só se iniciou às 10:30 por não atingir o quórum. Os 13 presentes decidiram iniciar a reunião decidindo submeter a decisão aos demais quando o quórum fosse atingido o que foi feito.

Apresentação da Pesquisa “Tortura Blindada”

A pesquisa não foi apresentada, o Rafael Custódio da Conectas justificou sua impossibilidade de estar na reunião e solicitou que o item voltasse a pauta em outra reunião.

Discussão sobre nota pública referente ao indulto feminino

A minuta de nota foi apresentada em seus pontos principais para que fosse discutido como o texto poderia ser utilizado, visto a publicação do decreto sobre o indulto para mulheres em ocasião do dia das mães. A proposta final foi que a nota minutada será transformada em recomendação e a mesma será preparada pela Mesa Diretora do CNPCT, sem prejuízo das iniciativas das organizações presentes para divulgar em seus Estados.

Nota sobre chacina no Mato Grosso

A nota minutada pela CUT foi projetada, lida, alterada conforme deliberação da Plenária e aprovada pela mesma.

Informes do MNPCT

A nova coordenação proposta pelo MNPCT foi apresentada ao CNPCT, sendo decidido que a resolução que os designaria fosse remetida para avaliação e manifestação da ASJUR.

Foram repassados os informes sobre a visita do Mecanismo à Roraima, sendo aberto espaço para perguntas por membros do Comitê, devidamente respondidas pelos membros do Mecanismo.

Posteriormente foram repassados os informes sobre a visita do Mecanismo ao Rio Grande do Norte, sendo também aberto o espaço para perguntas e posterior resposta dos membros do Mecanismo.

Definir responsabilidades e prazos para encaminhamentos propostos na 12ª reunião ordinária e 8ª reunião extraordinária

As propostas de encaminhamento que foram sugeridas na 12ª reunião ordinária e na 8ª reunião extraordinária foram lidas. Algumas delas tiveram responsabilidades e prazos estabelecidos, outras serão consideradas no planejamento do CNPCT para 2017.

Planejamento do CNPCT para 2017

Foi perpassado de um levantamento histórico de como foi a experiência do biênio anterior e por discussões sobre pontos relacionados ao planejamento, mas não foi discutido o planejamento em si, o qual foi deliberado que ficará para a reunião extraordinária de maio. Todos os assuntos pendentes de reuniões ficam suspensos até a aprovação do planejamento.

Foi feito um levantamento de perspectivas de cada organização/órgão presente frente ao planejamento como subsidio para o mesmo.

Encaminhamentos propostos:

1) Analisar o funcionamento do Quorum em outros colegiados para que se possa encontrar um modelo que melhor se adeque ao CNPCT;

Responsável: Leonardo (CGCNPCT)

Prazo: Próxima reunião (18/5)

2) Minuta de ofício para governadores sobre 10 anos da assinatura do protocolo de combate à tortura e solicitação de informações de como está o processo de criação de comitês e mecanismos nos Estados;

Responsável: Karolina (SEDH) e Sylvia (APT)

Prazo: Próxima reunião (18/5)

3) Transformar a nota técnica do indulto em recomendação abordando os pontos discutidos na reunião;

Responsável: Mesa diretora - Ana Carolina (SPM)

Prazo: Elaboração na Reunião Mesa Diretora (27/4), envio para todos os membros do comitê (03/5), retorno das contribuições (05/5), finalização de texto (08/5)

4) Sensibilizar o CNJ quanto às recomendações do CNPCT, inclusive entregando em mãos a recomendação relativa ao indulto e solicitar expedição de ofício aos tribunais estaduais referendando a atuação do MNPCT;

Responsável: Leonardo (CGCNPCT) e Paulo (Vice-presidência do CNPCT)

Prazo: Marcar reunião de comitiva do CNPCT entre os dias 09 e 12 de maio

5) Pedir pauta junto ao Ministério da Justiça para entender o funcionamento do Fundo Penitenciário (como está sendo utilizado, critérios).

Responsável: Todos os membros

Prazo: Item a ser tratados durante o planejamento na reunião dias 18 e 19 de maio.

PAULO ROBERTO MARTINS MALDOS

Vice-Presidente do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Martins Maldos, Usuário Externo**, em 26/04/2017, às 18:40, conforme o § 2º do art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-1/2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **4229504** e o código CRC **7AEF6E1F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/ acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.